

EXPERIÊNCIAS DO VIVIDO... ATRAVÉS DA LITERATURA PORTUGUESA: ESCOLAS E MULTICULTURALIDADES

Luís Souta (coord.), Carlos Cardoso e Ruben Cabral

Corpus Literário

Ilba Doida, Joaquim Ferrer.

Texto 1

Pina Basófia não podia deixar de pensar que as suas «obras de aventura» estavam todas ainda no Gabinete. Há poucos dias, quando chegara de férias e fora com seu pai cumprimentar o Senhor Director, ele bem as tinha visto arrumadas sobre uma pilha poirenta de jornais e revistas, num canto, em cima de uma cadeira velha de palhinha esburacada.

Ora, não havia ninguém melhor a quem falar que a 101.

– O quê? tu queres-os cá fora? Eu também, e é pra já! E 101, fazendo buzina com as mãos, bradou ao largo: Eh, Galifão! eh, Irinca!

Uma voz gritou, e depois outra:

– Váaaaaa!

E logo saltaram Adrião e Trinca-Espinhas.

– Boh, é por causa das *aventuras* deste gajo aqui, o Basófia... Diz que estão num certo sítio do Gabinete, e a gente tem que lá ir limpá-las cá pra fora. Chama-se já o Carochinho: e mete-se a porta dentro, quando o Pad estiver a ressonar, esta noite.

Adrião coçou o canto do beijo. 101 pôs-lhe um dedo ao nariz:

– Tão pá, estás com medo ou queijo?

- Não é medo, não – é cá uma ideia
- Desentope!
- É o seguinte Nem era preciso arrambar nada porque se a gente escacha a porta é pra'i um reboiço estuporado amanhã por esta hora Nada, vocês vão ver E Adrião gritou: Eh Banzana!
- Outro? fez 101 Já cá estamos quatro Pra que é preciso o escarumba?
- Vais ver, tornou Adrião Anda cá Banzana
- E Banzana chegou e descaiu sobre um ombro como era seu jeito Adrião prosseguiu na sua:
 - Ora é o seguinte, Banzana Tu és da malta fixe És ou não és?
 - Pois, 'tão!
 - Aquí o Basófia tem uma data de Texas e edecetra e tal que o Pad lhe limpou , e tem tudo no Gabinete em cima de uma cadeira Bom, a gente depois explica.
 - Ispilica a mim? Se calhar é pra eu ir lá, him? E Banzana fez um gesto de quem enxota mosca diante do nariz.
- 101 interveio:
 - Cala aí Banzana Deixa explicar: o Galifão é de Olhão!
 - De maneira que logo que seja o anoitecer, daqui a bocado vocês sabem que o Pad a essa hora costuma andar de cá pra lá e de lá pra cá, a lavar no corredor E quando o gajo vai de costas um fabiano enfia no Gabinete! Heim, maltósia?
 - Enfia, pois é E quem é que enfia?
 - É o seguinte, deixem-me falar, xiça! Tu és ou não és da malta fixe?
 - Responde Banzana! exclamou 101 apontando-lhe um dedo entre os olhos És ou não és?
 - Sou, sou; e que tem isso?
 - Tem muito E tu queres ou não queres ganhar uma data de aventuras pra ler, e ficam pra ti: aí uma dúzia delas
 - Damos-te cinco , corrigiu o Pina
 - Seu forreta, grunhiu 101 A gente disse uma dúzia e é que é mesmo uma dúzia Ou tu pensas que aquilo ainda é teu?
 - Comprei-as! , garantiu o Pina
 - Compraste-as – e depois? Depois o Pad lambeu-tas e agora a gente

lambe-as ao Pad ! E cala-te se ainda queres abichar alguma! E aqui o Banzana leva uma dúzia – Queres ou não queres?

– E quem diz que ãum?

– Ora bem, continuou Adrião Como eu estava a dizer o gajo costuma andar a lavar no corredor Cá fora é já fusco e lá dentro é fusco ainda mais Ora, se de repente, quando o animal vai de costas, se de repente uma *sombra* enfiasse no Gabinete de repente, está claro: o Tipo nem dava conta

– Cóm' lipânis! exclamou 101 esfregando as mãos

– Ah!!! fez Trinca Espinhas É bestial!

Adrião continuou:

– De maneira que não tens nada que ter medo, Banzana És ou não és da malta fixe?

– E ao depois, him?

101 disse, impaciente:

– Tu, tu, não descobriste a pólvora, Banzana! *Depois Depois* Até já chateias! Depois avanças: deitas a luva à tralha toda: depois deitas a cachola de fora e vês se o Animal vai de costas: e dás cos calcanhares no cu das calças A gente espera-te cá fora

Banzana endireitou-se Revirou o branco do olho e fez um trejeito à boca grossa

– E e olhem lá, não queriam mais nada, ãum? Também não queriam que eu fosse coçar o olho ó barbatão?

101 agarrou-o pela gola do casaco: e berrou-lhe num ouvido:

– Ó sua cavalgadura africana!

– Calate aí! fez Adrião olhando à roda Olhem que o Palito Macho não anda longe O que eu estava a dizer é que tens que ser tu, Banzana

– Quem lá vai sou eu! exclamou 101 Pôssa pró medo!

– Não, quem lá há-de ir é o Banzana fixe Se fosse só ir também eu lá ia Mas não é só: é preciso que o Pad não tosque a coisa Ora mesmo que ele veja aqui o Banzana é o mesmo que o não ver

– Tu és da cor de um túnel à meia noite! berrou o Pina achando a coisa

– E por isso o Gajo, mesmo que o veja, não o vê! Ora aí está!

Todos fizeram um ah! de compreensão Só Banzana ficou mudo Agitava-se

Abriu e fechou a boca várias vezes sem dizer palavra. Depois, murmurou fundamentalmente:

– E se ele deita a unha a mim? Tremia. Sentia já no cachaço a grossa maná-pula do Director. Quantos Sherlock Holmes vocês me dão? E titubeou lançando uns olhos inquietos ao cimo da palmeira: Eu antes queria ir aos cocos à meia noite.

E o preto Banzana fez um signo misterioso.

Adrião, 101 e Basófia, todos três estavam à espera na retere. Estavam fartos de esperar.

– Se calhar o Bicho deitou-lhe a unha!

Basófia estava inquieto:

– E agora nunca mais vejo as aventuras, se o Pad lhe deitou a gadanha!

– Qual quê, disse Adrião. O Banzana é da Guiné: ninguém o vê!

– Diz que não: é de Angola. O pai dele é Soba, uma espécie de rei.

O Pina endireitou-se:

– Ó rei. Pfl. Um escarumba!

A porta abriu-se devagar. Banzana surgiu confundido no escuro.

– Ah!!! fez ele aliviado.

– Desentope! E 101 tomou-lhe um braçado de folhetos de aventuras. Conta lá ‘tão como foi.

E 101 sentou-se na banca da retere, enquanto Adrião fazia cadeira dos folhetos. Banzana, tomando ar fundo, acocorou-se a um canto e começou a contar:

– Já entrar entrei; o pior foi para sair. Ái, ué! que eu pensei que me borrava todo, quando a porta do Gabinete se abriu de repente. Era ele! e vinha direito a mim! Filizmente que eu já ‘tava embrulhado atrás da papelada, no canto. Eu só lhe via as pernas a darem de tesoura – trás, pás, trás. Pensei que ficava ali mesmo. Ali estive quase mesminho vai não vai pra gritar.

– Gritar pra quê?

– Não qui eu não sein pra quê; só sein que me apeteceu gritar e eu não sein porque não griteim.

– E depois?

– Depois ele veio mesmo buscar só uma caixa de fósforos e eu intão ainda ele num estava lá fora bem já eu estava danado outra vez para trazer tudo quanto lá houvesse. Intão lembrei-me que ele mas havia de pagar todas di uma vez: – vocês lembram-se quantas vezes é que eu apanheim porrada? Vocês lembram-se? Nem eu; mas só me lembreim qui nãum podia ficar assim. Aquele grande Bichão excomungado havia de pagar todas di uma vez. Ai, seu Trinta e Cinco, faz a ele uma qui ele mirece! disse eu a mim

– Diz lá ‘tão!

– E fuin-lhe à gaveta onde estava

E Banzana, que pouco a pouco endireitava no seu canto, cresceu no escuro, abriu enormemente uns olhos delirantes, puxando de sob a fralda do bibe aos quadradinhos um objecto detestado

– A Menina! exclamaram todos

– Esta porca danada! Foi só fazer tric na fechadura.

Ficaram assombrados daquela audácia. Nunca poderiam pensar que Banzana fosse capaz de uma daquelas! Então sempre seria verdade que ele era filho de rei-Soba!

Trinta e Cinco Banzana corria a mão pela palmatória de bucho como se fosse animalzinho querido. Sorria-se, arreganhava os dentes. Disse num fervor:

– E agora faz-se uma fogueira: eu faço e queima-se a excomungada aos poucos e poucos pra sair bem a maldição toda

E Banzana calou-se amaciando com a sua mão fina e negra o lombo claro daquele objecto que ele tratava como animal vivo. As suas narinas em asa escachada fremiam em tiques nervosos; e seus beiços espessos rebojavam-se, salivando, como se prestes a tomarem delicioso manjar. O seu corpo esguio ondulava como no início de alguma dança húbrica, ao som cavo de invisíveis tambores. Parecia que da sua boca grossa ia derrenrolar-se uma canção rouca, das que às vezes ele entoava e que pareciam vir do fundo recesso das selvas.

As semanas correram numa desfilada, e eles esperavam o dia negro em que Pad Lopes descobrisse o assalto. Esse dia chegou. Mal haviam começado o estudo da noite, quando o Contínuo Badalo entrou e foi logo cochichar na orelha do Palito Macho vigilante. Depois o Contínuo foi-se e então Palito Macho levantando-se fez o seguinte discurso:

– Meus senhores! o Senhor Director acaba de dar pela falta da palmatória. Não sei se apreciam a gravidade do sucesso?! Meus senhores, se a algum de entre vós cabe essa responsabilidade, faz favor de se levantar e acusar-se. E o Prefeito corria a vista aguda sobre os rapazes, procurando adivinhar o culpado. E assim ficou tudo por momentos. Depois, o Prefeito recomeçou: – Então ninguém tem a coragem de confessar? Muito bem: o senhor Director lhes tratará da saúde! Vamos ao estudo. E deu três pancadas no chão.

Durante alguns dias Palito Macho repetiu o mesmo discurso com pequenas variantes. Pelo terceiro dia fez então várias considerações sobre o medo e a covardia «que eram coisas desconhecidas na História Pátria». Depois entrou nas ameaças, e, finalmente, na noite do quarto dia, anunciou que o senhor Director deliberara lançar o *castigo geral*. E durante duas semanas não houve passeio, sendo substituídas as horas de recreio pelo estudo de joelhos. No último dia do castigo geral, no estudo da noite, houve uma grande surpresa, quando Pad Lopes apareceu à frente do Contínuo Amândio Badalo. Na sala do Estudo Primeiro foi recebido por Palito Macho que lhe cedeu logo o seu lugar no estrado. Os alunos todos se levantaram esperando-se sabia-se lá o quê. Mas Pad Lopes disse apenas: «Daqui em diante isto vai fiar fino. Meus senhores, isto é um aviso!» E Pad Lopes retirou-se. Depois entrou no Estudo Segundo, onde era vigilante o Prefeito Anginho. E proferiu as mesmas palavras sibilinas.

Mas os dias, as semanas foram correndo sem que houvesse algo de novo (pp 119-128, capítulos “Banzana”, “Menina dos cinco olhos”, “Um aviso”)

Texto 2

E agora marchava em frente. Era preciso andar para a frente e sempre de bem com a Força Oculta. Tinha que tratar da questão dos mapas (Quanto aos pretos, só quando estivessem em África engajariam os necessários). Também era preciso não esquecer os capacetes de cortiça por causa dos golpes de sol, nem tão pouco os binóculos para vigiar as imediações, não viesse de repente um bando de *primitivos* que amolgasse a Expedição. Todas essas tribos de selvagens, de antropófagos, que infestam as florestas não são de estranhar, são mesmo de admitir, mas é sempre conveniente avistá-las enquanto é tempo,

para que não acabe logo ali a Expedição E Adrião, francamente, não queria sujeitar os seus homens e ele mesmo a uma única e exclusiva aventura!

Contudo a África era cheia de mistérios. Ele bem o sabia e tomava as suas legítimas precauções. Pois claro!

Já em tempos quisera saber um pouco como era a África com as respectivas feras e aves de pluma. Com os antropófagos estava ele bem porque lera não havia muito tempo alguns dados sobre o assunto. Várias vezes se aproximara do 35 Banzana que era natural da Caconda; mas sempre se calara num receio de lhe lembrar que ele era preto. Até que um dia achou meio de lhe perguntar:

- Olha lá Banzana, tu que já estiveste na África, dos leões
- Já mas não vi nenhum! cortou logo Banzana com os olhos turvos
- Estás hoje chateado, hem?
- Hoje estou

Adrião viu logo que o 35 não queria dar andamento a conversas daquele género, que do fundo lhe vinham agitar a cor. Mas não haveria maneira de lhe falar sem que ambos se dessem por achados? Porque afinal o 35 Banzana era além do mais um elemento precioso para a Expedição. Estava com certeza acostumado a ver animais de respeito, conhecedor das tribos e arranhando as línguas do Interior. Ele com certeza havia de conhecer também os sítios de mais aventuras e, se por acaso houvesse um contratempo, o 35 falaria com o Soba, que imediatamente daria a contraordem para que não fossem assados os exploradores brancos. Era bom tudo prever e «quem vai ao mar aparelha-se em terra». Adrião deitou o olho ao 35 Banzana que agachado jogava o croque.

- Eh!

Adrião começou logo a expor ao 101 e Irinca-Espinhas o seu plano de viagem.

Nesse meio tempo chegou Balão.

- Vamos ao croque?

Tiveram de o convencer a ir desafiar o outro. É que, na verdade, não era possível levar o Balão.

- Zaire-ou-Congo depois tem de se atravessar por sítios de leões antropófagos zulus. depois vê-se no mapa depois.

O Irinca-Espinhas discordou do Zaire-ou-Congo: preferia um rio no Brasil.

- No Brasil? interrompeu 101
- No Brasil, pois Tenho lá gente da famelga, uns tios e primalhada – tudo gajada fixe
 - Hum fez Adrião
 - E que tem o cu co'as calças?! exclamou 101.
 - Vocês não estão a ver a coisa Não é lá porque eu queira ver os fabianos, mas é que sempre ajudavam a gente sempre podiam escorregar com qualquer coisa É gajada da bical!
- Adrião meditou um bocado:
 - No Brasil no Brasil Só se fosse então o Amazonas!?
 - Ou qualquer outro Mas esse serve Diz que é um rio bestial, e depois a minha Tia, da outra vez, quando cá esteve, trouxe uma goiabada formidável!
 - Quero cá saber de goiabadas – o quê pá, goiabada mesmo!? Hum! – o que eu quero é um sítio bom Mas olhem lá, no Brasil parece que não há selvagens, nem antropófagos, nem gente dessa, boa para armar aventura... ?
 - Qual quê! exclamou 101 Tão e o Lampeão – nunca ouviste falar?
 - E o meu Tio falava também nos «caipiras» e numa espécie de «moleques» ou lá o que era – tudo tipos danados pra porrada! E também contava *coisas* do Sertão – nunca ouviste falar?
 - Então está bem E o teu Tio sabe onde é que os há?
 - É um tipo fixe, o meu Tio; ele até vai co' a gente mostrar onde é que os há melhores, sim, está claro, os *piores* pra porrada! Então e quando é que a gente vai daqui? Sabes, pá, é um goibada da gente revirar os olhos! E o Trinca-Espinhas passava a língua pelos beiços (pp 159-163, capítulo “Projecto”)

Texto 3

Cá em baixo, no Recreio, Adrião convocou a Expedição E logo todos três chamaram Banzana Adrião expôs-lhe o caso, logo ali em pratos limpos:

- Ou sim ou sopas: queres ou não queres ires co' a gente ao Amazonas?
- Qual Amazonas?
- És burro! o Amazonas, o rio o maior do Mundo!

Mas agora se lembrava: o 35 Banzana só conhecia o Quanza Nas aulas de

Geografia só falava do Quanza. E Banzana, no seu elemento, passava uma boa meia hora a citar as terras, aldeias e cubatas que o rio banhava nas duas ribanceiras. O Dr. Policarpo queria saber coisas relativas à árvore da kola e à «latex ruber». E o 35, farto de saber que aquele é o nome que em Coimbra se dá à seringueira, desatava a descrever a árvore da borracha com as respectivas raízes aéreas e folhas peninervadas. Depois passavam aos jacarés, que havia muitos naquelas águas. E o mestre ficava à espera de ouvir o 35 explicar que era no ouvido que se devia meter a bala ou então na bocarra – se o corcodilo a abte por descuido.

Contudo, o 35 não gostava que lhe falassem em flechas e canibais, que se diz andarem ou terem andado por aqueles sertões. De uma vez o Dr. Policarpo contava um «facto curioso» de que lhe falara um amigo africanista, havia uns anos. Era o caso que em certas regiões de Angola existia uma seita bebedoura de sangue humano. Era o *Kinzar*. Envolto em pele de leopardo vem o *Kinzar* pela noite adiante sob a floresta. E cai de súbito na cubata, empolgando nas garras postiças de aço o corpo de um pretinho.

O 35 ouviu, ouviu e ficou hirto sem uma palavra. Foi então que o Dr. Policarpo compreendeu. Mandou-o sentar e, até ao fim da aula, falou da Inquisição.

– Queres ou não queres? repetia Adrião. O Amazonas é uma espécie de Quanza só o que é é que não é no sítio do Quanza. Queres ou não queres?

O Irinca-Espinhas para dar confiança revelou que até lá tinha dois Tios, no Rio-de-Janeiro, fora a primalhada.

Banzana resolveu-se a falar:

– E fazer o quê?

Adrião explicou que era para fazer uma Expedição, umas aventuras, porra-daria, a travessia de Sertões e lutas, sim lutas com esses da floresta (não queria falar em pretos) descobrir alguma coisa alguma ilha, sítios

101, impaciente, agarrou o 35 pela ombreira e berrou-lhe ao ouvido:

– Pra trás mija a burra!

– Morra quem se nega! bradou Adrião para animar.

Mas o 35 disse que farto de Expedições estava ele até às orelhas; e que não queria saber de rios nem de florestas, e nem que o Amazona fosse mesmo a cavalo do Quanza ele iria. E concluiu fazendo um gesto forte:

– Prás Expedições!

Toma

Adrião não compreendia aquela má vontade contra as Expedições Nada o entusiasmara: nem as aventuras, nem as Ilhas, nem os selvagens!

O 35 preto era incompreensível, era um chato!

Quanto a 101 ficou furioso e quis obrigá-lo ali mesmo, nem que fosse à lambada Ferrava-lhe um directo na fuça negra adormecia e zás! pra dentro do vapor!

– E ia! afirmou 101 Ai isso ia!

Banzana afastou-se no seu passo gingado e mais uma vez os mirou a todos três do fundo duns olhos turvos

– O gajo não é bom! disse ainda Adrião incomodado

– Não sei porque é que aquele negro não quer ii?

– É burro

– Mas quando foi da palmatória o gajo arriscou-se

Realmente ninguém percebia Banzana Parecia às vezes não ter medo e era mesmo atrevido; outras vezes tremia como um pobre farrapo, desfazia-se em prantos, atirava-se a um canto e ali ficava amarfanhado

Trinca-Espinhas explicou:

– Ah, o Banzana disse-me o Kaga-do-óculo: anda danado desde que leu os Texas É por isso que ele não grama as Expedições: pensa que é aquilo! Eu disse-lhe que um índio é um índio e um gajo da Caconda não tem nada que ver com o Texas Jack

– Claróské: o Texas só matava os peles-vermelhas; é burro!

– Pois foi o que eu lhe disse Que é que queres, o gajo confunde: pensa que é tudo a mesma coisa Mas o gajo danou-se e disse-me que os índios só faziam bem em escalpelizar os caras-pálidas E eu respondi-lhe então que não se admirasse do Texas fazer pontaria nos índios É assim mesmo!

– Claróské! repetiu 101 Com gajada dessa só à bruta! Eu cá, c'um raio: só me queria lá ver!

Adrião meditava:

– Mas olhem lá: quem é que começou primeiro?

– *Primeiro* o quê?

- Sim se foram os brancos que deram primeiro os tiros ou os peles-vermelhas que escalpelizaram ?
- É verdade: quem seria? interrogou Trinca-Espinhas, pensativo
- Ora, pazada E mesmo que fosse a gente?! E 101 fez um gesto altivo
Trinca-Espinhas considerou:
- Talvez algum tiro por acaso Há espingardas que se disparam Azares
- És burro, tornou 101 Sabe-se lá: ora como é que começa a porradaria?
Anda diz-me cá? Começa e pronto Já não é pouco começar (pp 166-170,
capítulos "Preparativos", "Quem começou primeiro?")

Texto 4

O dia era claro, o ar salino Ele olhava em frente, direcção à Europa, onde devia abrir-se a terra em duas margens verdes e formosas Sentia-se feliz porque ia pisar a terra dos seus maiores. Sentia-se feliz porque essa terra era longe de seu Tio Mariano E sentia-se feliz porque era branco! «Não, meu branco, não »

O país de Dom Mendo! A Europa! O Tejo!

Aquele barco enorme era já uma pequena Europa Ali era tudo Civilização! Os criados, passageiros, tripulantes – eram, como ele, todos brancos. Aquilo era já a Europa! E Josefo olhava as outras duas classes Acolá, na 2ª e 1ª classes, era ainda mais Europa: o pessoal era ainda mais branco E ele não mais se sentiu bem naquela 3ª classe, imprópria da sua cor e do seu sangue, do mais nobre sangue dos navegantes!

Outrora, há muitos séculos, outrora uma nau de velas pandas abordara às praias da sua Ilha, e deixara desterrado o Senhor Dom Mendo Mendes, e, com o Senhor Dom Mendo ficara também o seu escudeiro fiel, Pero Pais Desde então, por muitos anos e muitos séculos, foi correndo nas veias das gerações aquele sangue nobre do Fidalgo Dom Mendo Mendes e do sangue, também nobre, do seu escudeiro Pero Pais Foi assim que tudo acontecera e assim mesmo as pessoas antigas o contavam, naquela Ilha, aos homens desde meninos

Era pela noite quando o navio chegou. Josefo sentiu o navio parar. Correu à vigia redonda e viu no escuro da noite tantas estrelas como jamais vira em sua vida. As luzes da Europa estavam ali, cintilando na sua frente.

Sentiu um desejo, uma ânsia de saltar do barco e entrar nas ruas da Cidade, nas ruas da Cidade grande que o esperavam. E ficou, por largo tempo, contemplando o sonho da sua adolescência. E assim adormeceu, até que se fez manhã.

Lisboa era imensa! Nas suas ruas e avenidas formigava mais gente do que existia, com certeza, em toda a sua Ilha! Ninguém reparava nele, que seguia aturdido no meio daquele mar humano. Segundo as recomendações de seu Tio, dirigiu-se a um homem fardado, que fazia sinais com um pau branco. Este lhe, indicou um outro que o conduziu por entre a multidão a um buraco redondo, num imenso casarão, onde lhe deram, em troca de muito dinheiro, um bilhete de 3ª classe para Coimbra.

E agora ali estava, encostado a um canto, num pátio quadrado, acimentado, sobre o qual havia um quadrado maior de céu azul. A grande tamareira, espetada no meio do Recreio, fez-lhe lembrar a sua terra, o seu Tio Mariano e Rosa Maria.

Estava finalmente na Europa. Mas como era triste a sua Europa, delimitada por aqueles muros altos, como de uma prisão! Onde estaria o País de Dom Mendo?

Ele viu um grupo que o contemplava. E Josefo ouviu numa linguagem dura:

- Quem é aquele tipo?
- Quem, o escarumba?
- Eh, vamos a ele!

E Josefo, enquanto ia sofrendo as tropelias da praxe, dava tratos à imaginação para interpretar aquelas palavras: «Que queria dizer *escarumba*?»

Então a Europa era *aquilo*?! Tratavam-no como um selvagem! Sentia referir no fundo do boiso a sua navalha de ponta e mola. Seu Tio enganara-o, metendo-o naquela prisão de loucos! E o seu ódio cresceu mais ainda contra o homem que estava lá longe, numa Ilha onde o sol queima (pp. 335-337, capítulo "Europa!")

Texto 5

Nunca pudera habituar-se àquela gente. Detestava o seu Tio, mas não detestava menos aqueles muros onde vivia amarrado. Nunca pudera olhar a direito Pad Lopes. Odiava-o talvez mais do que a seu Tio, porque ao menos na sua terra andava à solta, corria, fugia, nadava nas águas perigosas da Baía. Na sua terra havia palmeiras de onde pendiam grossos cachos de fruta, e ele trepava aos troncos das palmeiras colhendo a fruta dos cachos. E na sua terra estava Rosa Maria, que o levava aos palmeirais, naquela noite morna. Detestava menos seu Tio do que a Pad Lopes!

Ali, tratavam-no como um selvagem! Ali, não tinha ninguém por ele! Todos o perseguiram. Todas tinham culpa. Todos lhe armavam esparrelas desconhecidas na sua terra, onde caía miseravelmente. Até mesmo Banzana lhe lançava uns olhos onde se podia sentir a ironia. Banzana, o negro Banzana! Banzana, que ele odiava às vezes ainda mais do que ao próprio Director! Fervia-lhe o sangue de ver aquele negro mandinga tratá-lo por tu, como se tivessem nascido ambos na mesma tabanca. Ele odiava todos, todos, os brancos e os negros, Tios e Directores, Colégios e Europas! Havia de se vingar!

Metia-se consigo mesmo, isolava-se pelos cantos, apertando no fundo do bolso a sua navalha de ponta e mola. Outro dia, por pouco, não abria a barriga ao Quadrado das Forças. Aquele Quadrado que se divertia descarregando-lhe murros no alto da cabeça, ou, pegando-lhe no pulso, dava-lhe um tremendo esticão no braço, um esticão horrível que parecia uma descarga eléctrica. E o seu corpo todo, encolhia-se a gemer, estremecendo em convulsões. Odiava-o! Era natural que mais dia, menos dia, o liquidasse.

Os outros mal lhe falavam. Mas ele sabia porque eles lhe não davam fala. Ele tinha dito a todos quem era Dom Mendo. E todos lhe tinham cuspidido uma gargalhada na face. Todos o tratavam de «escarumba», como se ele, Josefo Mendo, fosse qualquer Banzana selvagem.

Mas, aí! pouco a pouco foi-se mergulhando naquela ideia que eles tinham feito surgir na sua cabeça. Sentia os seus lábios grossos, grossos como se fossem inchados. Quando se isolava no seu canto, e à noite na cama, ao escuro, ou durante as aulas, ou enquanto estudava, ou quando passeava na forma, todo o dia, a todas as horas, passava a sua mão fina, escura, na sua cabeça

Então, sentia horrorizado que o seu cabelo não era liso como o de *toda a gente*. Sentia que na sua cabeça havia uma carapinha!

Tinha 15 anos e não sabia como, em tantos anos, jamais dera por isso! Foi preciso a Europa revelar-lho. Incluía no seu ódio a Europa! E Josefo, o Bispo Negro, como lhe chamavam, não podia avistar a cabeça de Banzana.

De longe, reparava em Filósofo, que, sem olhar ninguém, andava também pelos cantos, isolando-se da multidão, olhando para o céu vazio. Raras vezes o via falar com alguém. Parecia triste e parecia conversar só com os seus papéis, cheios da uma linguagem misteriosa. Josefo tentou, algumas vezes, aproximar-se de Filósofo. Mas quando lhe via a cor azul dos olhos, ou a cabeleira quase branca, manchada de amarelo, macia como a seda, ele recuava para o seu canto e dali via ressaltar ainda melhor a cor alvíssima da sua pele. Ah, quanto daria por ter assim uma pele, e uns olhos e uns cabelos: ao menos não poderia ninguém confundir-lo!

Afinal, desejaria ele a pele, os cabelos, os olhos de Filósofo?

Mas ele odiava-os também! Não sabia mesmo o que queria. Não sabia, não. Apenas sabia que tinha de sair daquela prisão, que tinha de se afastar de uma vez para sempre. Quem poderia valer-lhe? Ele não sabia de ninguém que lhe desse a mão. Ele, só no mundo, podia contar apenas consigo mesmo.

Não talvez amarfanhasse, por aquela vez, o seu ódio antigo ao Tio Mariano.

E Josefo escreveu-lhe. Escreveu-lhe contando, secamente toda a raiva que lhe ia no coração, contra todos, contra o Colégio, e sobretudo contra Pad Lopes. Ele sabia as palavras que o Tio Mariano empregava em tais ocasiões. Pois na sua carta iam escritas todas as palavras, as mais ásperas, as mais odiosas que sabia.

No dia seguinte já todos sabiam por que estava o Bispo Negro de cama, na enfermaria. Viram passar todo o dia o Dr. Moreira, para a Enfermaria. E foram injecções, compressas, toalhas de água fria, que Badalo transportava para aquele quarto branco.

Soubera-se, então, como tudo se passara. Pad Lopes caçara a carta, a terrível carta de acusação. Recebera-a das mãos de Palito Macho que lha entregara, murmurando apenas:

– Veja senhor Director

Pad Lopes abriu-a devagar, desdobrou-a, correu-lhe a vista em cima Logo parou, sacudido E recomeçou desde a primeira linha até à última, inchando-lhe logo as cordas do pescoço, alastrando-lhe as manchas vermelhas nos olhos Só disse:

– Tragam-mo!

O Prefeito esperava só aquela ordem Saiu Voltou em poucos minutos, trazendo pegado pela gola do casaco Josefo Mendo Mariano.

Pad Lopes num instante empolgou-o Deitou-lhe uma garra à ombreira do casaco e sacudiu-o violentamente. Chapou-lhe a carta no nariz.

– Diga, diga, ande, diga – quem escreveu isto?! Quem foi? diga! diga!! diga!!!

Nunca se tinha visto Pad Lopes numa tamanha cólera Palito Macho nunca supusera ver uma violência tamanha nos olhos injectados do Director

– Saia! saia! Deixem-me só!

Pad Lopes gritava, atirando as palavras, desvairado O Prefeito saiu de cabeça baixa, como se fora ele o culpado Lá dentro ficaram só o Director e o aluno

No corredor ouviram-se, de repente, violentas exclamações, berros, barulho, cadeiras tombadas Subitamente, um estrondo surdo e logo um soar aflitivo da campainha no corredor O Prefeito deu um salto e precipitou-se, abrindo a porta de repelão Entrou Mas a campainha continuou retinindo e o contínuo desembesta do cubículo em direcção ao Gabinete

Foi então um reboliço medonho, adentro daquelas portas almofadadas Parecia ter chegado o fim do mundo Mas aquilo não demorou Abriu-se a porta fatídica e Bispo Negro saiu em braços Badalo à cabeça, e o Prefeito, desgrenhado, pegando-lhe pelos pés Levaram-no logo direito à Enfermaria E toda a tarde Pad Lopes, num cerrado mutismo, passeou de cá pra lá, de lá pra cá, mãos atrás das costas, no corredor escuro

– Anda a lavar! rosnavam cá fora os rapazes

Durante quatro dias o Bispo Negro ficou de cama na Enfermaria, em maus lençóis

Só depois se soube, ao certo, como aquilo se tinha passado, dentro do Gabinete Mas só se sabia exactamente desde que lá entrara o contínuo Badalo Antes dele lá entrar cada qual imaginava a luta que ali se travara entre Pad Lopes e o Bispo Negro E na tarde daquele domingo, pouco depois do drama

Badalo tinha carregado com duas cadeiras escavacadas, em pedaços, que, por ordem do senhor João Lopes, foram atiradas na fornalha do fogão

Foi um alvoroço em S. Caetano. Alguns achavam aquilo ainda pior do que a quando do Alvarenga.

Durante esses quatro dias, todos tentaram ver o herói Bispo Negro, que avançara contra Pad. Lopes. Quando passavam ao fundo do corredor, entreabriam a porta da Enfermaria e atiravam lá para dentro bolachas da sobremesa, chocolates, rebuçados, cigarros. E sorriam-lhe da porta, em sinal de amizade. Logo fugiam. Porque aí se os topassem naquela admiração proibida!

Passados poucos dias, Adrião, 101, Quadrado e Balão conduziram o Bispo Negro junto ao túmulo de Mazalipatão. Ali, perante o Grão Sectário e os Irmãos todos reunidos, ficou sendo, sem mais provas, o Irmão Bispo Negro (pp. 363-369, capítulo "O Bispo Negro")

"Bom dia, s'tora!" (diário duma professora em Macau), Graciete Nogueira
Batalha

Texto 6

Junho, 71

"Sou mestiça, porque o meu pai é português e a minha mãe é chinesa"

Assim se descreveram raparigas de 14 ou 15 anos numa redacção em que faziam o seu auto-retrato, depois de lermos o *Auto-retrato* de Bocage. "Sou mestiça". Assim mesmo, com toda a naturalidade, sem complexos, sem traumas, com o mesmo à vontade com que diziam: "Sou morena, tenho os olhos e os cabelos pretos". Fico feliz.

Haverá algum outro ponto da terra onde a mestiçagem, ou miscigenação, que é mais bonito, seja assim encarada com tal simplicidade, tal descontração? Onde as pessoas se estimem tão livremente, quer sejam mestiças quer de "puro sangue"?

Note-se que não deixa de haver casos em que o racismo chinês, que não o nosso, vem ao de cima. Conheço uma mocinha macaense que estuda numa escola chinesa onde é a única "não pura". Pois ela sofre de se ver olhada um tanto por cima do ombro pelas colegas. Dizem-lhe, ou pelo menos dão-lhe a entender, que ela *não é carne nem peixe*, é assim uma coisa.

Nas nossas escolas, quero dizer as escolas portuguesas, os alunos fazem grupinhos, é certo: macaenses e chineses para um lado, metropolitanos para outro. Mas não é uma questão de raça, é uma questão de língua. Os “de cá”, se têm dificuldade no português, não se sentem à vontade com os “de lá” e tendem a retrair-se e a falar chinês entre si, por mais que os professores preguem contra isso. Os metropolitanos, que não compreendem nem falam o chinês, naturalmente que formam grupo com quem se entendam. Contudo, se um macaense domina bem o português ou se um metropolitano veio para aqui pequeno e se tornou perfeitamente bilingue, não vejo separação, mas até boas amizades entre eles (p. 31)

Texto 7

Out, 75

Este ano voltei a ter pequenitos e com alegria. Deram-me duas turmas do 1º I e quase me pediam desculpa, “porque Fulana tem de ter o 3º, que já foi dela o ano passado”. Ora como se eu me ofendesse de ensinar os pequeninos! Nem todos são pequeninos, bem entendido, uma das turmas, ordenadas por grupos etários, é de veteranos que já reprovaram duas vezes no Ciclo Preparatório e o ano passado dispensaram de exame, a “título excepcional”. *O difícil agora é reprová-los* – disse alguém – e é certo. O que se quer é que passem, preparados ou não.

Estes, mais ignorantes da língua e por isso mais inibidos, vão-me dar aulas calmas, se bem que de muito trabalho. Mas os mafarricos do 1º A? São a fina-flor, os mais novinhos, os mais desembaraçados a falar, embora nem todos falem bem. Tenho de estar em alerta permanente no meio deles, para os não deixar fazer da aula um pandemónio. Mas que engraçados são!

Temos o Francisco, que gosta de dizer versos com muita pompa e voz tão cantada, que o Luís se põe a reger orquestra quando ele lê. Temos a Iurdes, que não tendo ainda livro, só de ouvir os outros recitar uma poesia ali na aula, foi capaz de a dizer toda, e muito bem. A Cristina e a Luísa que inventaram, cada uma, a sua história bem engraçada. O chinesinho Chói, que também ainda não tem livro, mas a quem o Isafas esteve pacientemente a ensinar a

poesia, enquanto os outros recitavam, e foi ao estrado dizê-la, muito à vontade. Mas não houve meio de lhe emendar esta:

Pr'á te vestir, meu filbo, ambicionei

Lemos outro dia um poemazinho bonito – “Maternidade” Gostaram, procuraram as palavras mais poéticas, viram que tinha certo ritmo e alguma rima nos últimos versos. Perguntei quem queria decorar, pois vi alguns a repetir os versos lá para si. Quase todos quiseram e alguns aprenderam logo a poesia dum dia para o outro.

Mas o diabrete do Paulo? Sempre a dar à língua, sempre com resposta pronta para tudo, recusa-se terminantemente a dizer o poema, porque “tem vergonha”! E no entanto diz que o sabe e eu acredito, pois é vivo como um rato e tem boa memória. E lindo? Que lindo é aquele garoto, com os seus caracóis loiros e os seus olhos azuis! Podia parecer um anjo, se não fosse pior que trinta diabinhos. Outro dia acabou a redacção antes dos outros e já começava a malandrar, enquanto os colegas iam entregando as deles. Como havia de sossegá-lo? Meti-lhe na mão um maço de redacções e pedi-lhe que mas pusesse por ordem de números. Remédio santo! O Paulo sentou-se com toda a seriedade e pôs tudo direitinho, com um dedo no lugar dos que ainda faltavam, aguardando, atento, que lhe entregassem mais, para ele colocar nos sítios devidos. Parece que já esteve para ir para a rua na aula de Francês, mas o segredo é ocupá-lo.

A falar de todos não acabava nunca. Mas, embora eu não o mostre, creio que o meu maior fraquinho é o Manelito, que está mesmo à frente da minha mesa. Muito pequenino, muito ingénuo, com uma cara muito chinita e muito redonda, parece um budazinho. Às vezes mete conversa comigo:

– Eu sou *muita* burro!”

– Tu és muito burro?! Não acredito!”

– A minha mãe sempre diz que eu sou muito burro ”

– Ora, isso é a tua mãe quando está zangada contigo!”

E a cabecita à escovinha leva uma festa.

Dos maiores não há muito a contar, por enquanto. Perdi metade do meu 3º I do ano passado, que passou para outro professor do 1º CC. Tenho saudades

deles e alguns vêm-me perguntar, nos corredores, porque é que já não os ensino este ano. O 2º CC tenho-o mais ou menos completo. Os mesmos do ano passado, mas com algumas deserções. Desapareceram. As turmas estão “saneadas”, ficaram os melhores. Mas onde estarão os outros? Que farão nesta terra onde não há emprego para todos? (pp 237-238)

Texto 8

Fev, 80

Oh, pobres crianças de Macau, em luta com as duas línguas que falam e sem conseguirem dominar nenhuma! Se ao menos falassem bem o seu chinês, a língua de que mais gostam. Mas quem estuda um mínimo de chinês vê imediatamente a diferença entre a linguagem correcta e a que estas crianças, e o comum dos macaenses, falam. Um verdadeiro “chinês das amas”, o mais popular e o mais rude.

Ainda me lembro de me dizerem que uma criada mais instruída da velha casa da Avó, quando eu me identificava nos primeiros tempos, por exemplo ao telefone, como a mulher do médico, a *é sang p'o*, tal como a minha Sogra me ensinara, comentava: “Como pode uma senhora usar uma expressão tão grosseira?” (*p'o*, embora signifique também “mulher casada”, significa primariamente “velhota” e “mulher de baixa condição”)

Quanto ao português, não se trata de usar uma linguagem rude mas uma língua mal assimilada, mesmo nos últimos anos do Secundário e do Complementar.

Agora no 10º Ano de Português Comum (ou seja, para alunos de Ciências), com 3 horas semanais apenas, levo-os laboriosamente a distinguir o literário do não literário e outras coisas bonitas, e eles a precisarem tanto de que se lhes ensinasse o simples português básico! Dói o coração, ver alguns com espírito criativo e tentando melhorar o seu “estilo” à custa de palavras novas aprendidas nos textos, mas palavras cujo significado não alcançaram. Jovens inibidos, que não fazem perguntas – não chega o professor muitas vezes a saber o que eles *não percebem* do que se leu.

Desta vez foi num trecho do “Nome de Guerra” de Almada Negreiros. O título do trecho era “*Desgraçador*”, a palavra que uma mulher do Porto atirou a

um malandro que não cessava de a importunar com gracinhas ou propostas sempre que ela, no seu trabalho, passava perto dele. Numa turma do Complementar, pareceu-me desnecessário entrar em pormenores sobre o que significava a invectiva da mulher. Lemos depois Miguel Torga. Dei-lhes um excerto dum dos Diários em que fala na cega da Falca e na sua indestrutível alegria de viver. Dizia-lhe o autor que talvez o marido a não quisesse se ela já fosse cega antes de casar. Resposta da cega: “- Queria, queria! O principal estava cá”

“E (continua a narração) riu-se da brejeirice”

Expliquei o significado da palavra, mas também não julguei necessário nem de muito bom gosto numa turma mista, aprofundar o verdadeiro sentido da dita *brejeirice*. Seguidamente veio um trecho do “Diário IX” em que Torga fala de dois impulsos generosos que presenciou certo dia.

Bom, o tema era jeitoso para redacção e pedi-lhes que imaginassem em casa uma página do seu diário em que contassem também um acto de generosidade ou calor humano que os tivesse impressionado.

E escreve a Leonor:

“Uma página do meu diário”

“Passo num restaurante. Encontro *Mr. Rosário*, tomando o almoço. *Mr. Rosário* é nosso vizinho. É um homem de meia idade, sério, frio, calado e sempre com um ar de melancolia. Temos sempre medo dele sem saber porque razão. Nunca falámos com ele e nunca se riu (excepto uma vez).

“Lembro-me que num dia, há muitos anos, brincámos eu e minha irmã, junto da casa de *Mr. Rosário*. De repente, minha irmã desatou a chorar. Todos os cantos, todas as estradas ficaram mergulhados na voz do choro. Coitadinha! Perdeu uma *da sua par* de luvas vermelhas! Eu não sabia o que devia fazer. Nesta altura, *Mr. Rosário* apresentou-se à nossa frente, com a sua cara feia e séria. Ela parou de chorar e fixou seu olhar nele, admiradíssima. Ele aproximou-se da minha irmã e passou carinhosamente a mão pálida pela sua cabeça. Imediatamente, levou-lhe ao colo e entraram numa loja. Depois de minutos eles saíram: minha irmã muito satisfeita com um par de luvas novas na mão e ele olhando para a *brejeirice* e rindo-se. Pela primeira e única vez, vi ele rir.

“Seu coração não é, realmente, tão frio, tão *desgraçador*, como as suas feições” (Os sublinhados são meus).

Amanhã tenho de chamá-la à parte, depois da aula, explicar-lhe o que ela não entendeu da *brejeirice* e do *desgraçador*. (pp 345-347)

Referências bibliográficas

- BATAIHA, Graciete Nogueira (1991) “*Bom dia, s'tora!*” (*diário duma professora em Macau*)
Macau: Instituto Cultural de Macau/ colecção Rua Central, nº 1, 424 p [diário, escrito entre Novembro de 1969 e Maio de 1986] Prémio Camilo Pessanha, 1991
- FERRER, Joaquim (1945) *Ilha Doida*. Coimbra Editora/ Novos Prosadores, nº 8, 394 p [romance, concluído em 1943]

Biografias sumárias dos dois autores seleccionados

Joaquim Ferrer (1914-1994)

Joaquim Falcão Marques Ferrer Nasceu em Miranda do Corvo Filho do Dr Marques Ferrer
Curso Ciências Histórico-Filosóficas na Universidade de Coimbra

Viveu no Brasil durante alguns anos Para além de romancista e poeta, foi também pintor abstracto

Sobre este autor, «de quem muito pouco se conhece no plano biográfico», diz o crítico Serafim Ferreira¹: «romancista que, por deliberada intenção ou razões pessoais que nunca se entenderam, se remeteu a uma discrição ou apagamento próprio que até hoje o fizeram ser apenas citado (e quase sempre de passagem) nas várias histórias e dicionários de literatura portuguesa» Num poema seu datado de 16/12/90 explicita essa sua relutância à visibilidade literária: «Façam de conta que não existi / que não me víram que não me vêem/ [] digam pois que nunca me víram por aqui/ e até/ se não é pedir-lhes muito/ digam que nunca existi» (pp 87-88)

Trabalhos publicados:

Romances: *Rampagodos*, Lisboa, 1941 (incidência na situação social da mulher; livro impedido pela Censura de circular) *Ilha Doida*, Coimbra, 1945 (problemática do mundo da adolescência)

¹ *Biblos – Enciclopédia das Literaturas de Língua Portuguesa* Lisboa: Verbo, II volume, 1995, pp 554-555

Poesia: *A Morte Segundo Estácio de Saa*, Rio de Janeiro, 1968 (segundo Vitorino Nemésio «um raro e belo testemunho da angústia urbana de hoje») *Objectos Recuperados*, 1969
Ornitórrincos, Lisboa, 1970 *Objectos do Silêncio – Galiza*, Lisboa, 1994

Graciete Nogueira Batalha (1925-1992)

Natural de Leiria. Radicou-se em Macau em 1949 e aí viveu por largo tempo. Morre em Lisboa.

Licenciada em Filologia Clássica pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Dizia de si própria «se alguma coisa sei fazer é ensinar, investigar, escrever uns livrinhos». Foi professora em Macau de quase todos os níveis de ensino: oito anos no primário, depois no Liceu Nacional Infante D. Henrique e na Escola do Magistério Primário, que dirigiu entre 1967-69. Docente empenhada na sua profissão, preocupada com a aprendizagem dos alunos, com disponibilidade para a investigação etnolinguística (fez no Oriente todo o seu trabalho de campo, procurando fundamentalmente estudar a influência portuguesa em outras culturas orientais – Macau, Goa, Filipinas, Malaca – e abordando algumas temáticas praticamente marginais entre nós, como a dos malaio-portugueses, uma minoria que se expressa em papiá cristang) e ainda com uma importante intervenção social (chegou a ser agraciada pelo Presidente da República, em 10 de Junho de 1973, com a Ordem do Império e condecorada pelo Governador de Macau, em 1984, com a medalha de Mérito Cultural). Colaborou na *Revista Portuguesa de Filologia* (Coimbra), no *Boletim de Filologia* (Lisboa), e em diversas publicações de Macau (*Revista de Cultura*, *Mosaico*, *Boletim do Instituto Luís de Camões*). No seu diário relatam-se «experiências, geralmente encantadoras, dum longo e feliz contacto com crianças e jovens de várias procedências, na maioria macaenses e chineses». Um diário que denota, no entanto, o olhar conservador de uma professora que sentiu enormes dificuldades em entender as grandes mudanças democráticas operadas no Continente com a Revolução de Abril de 1974.

Alguns dos trabalhos publicados (ensaio, crónica):

Coincidências com o Dialecto de Macau em Dialectos Espanbóis das Ilhas Filipinas, 1961

Instantâneos do Japão, 1972

Glossário do dialecto macaense: notas linguísticas, etnográficas e folclóricas, 1977

Suplemento ao Glossário, com “novas notas”, 1988.

Língua e cultura portuguesa em Goa: estado actual, 1982

Situação e perspectivas do português e dos crioulos de origem portuguesa na Ásia Oriental (Macau, Hong Kong, Malaca, Singapura, Indonésia), 1985

Malaca: o Chão de Padre e seus moradores ‘portugueses’, 1981, 2ª edição 1986

Poesia Tradicional de Macau, 1988

O Português falado e escrito pelos chineses de Macau, 1995

Comentário de Luís Souta*

LITERATURA, MULTICULTURALIDADE E EDUCAÇÃO

A literatura como fonte

A literatura, nos seus diversos géneros (romance, novela, conto, poesia, teatro e diário), constitui fonte preciosa de análise das heterogéneas relações humanas do complexo viver em sociedade. Pela sua diversidade temporal e contextual, a literatura contém uma riqueza de situações, onde as personagens (crianças, jovens e adultos), na sua intimidade reflexiva ou nas suas interações (de cooperação ou conflito, de amor ou ódio), revelam a globalidade do ser, o que desde logo introduz o “afectivo” (em regra afastado do ensaio) como factor a valorizar na explicação do devir humano, para além da clássica “racionalidade” atribuída aos “actores” sociais

Todavia, o material literário, designadamente nas duas vertentes em que nos centramos – a escola e a multiculturalidade, tem sido muito negligenciado quer pelas ciências sociais quer pelas ciências da educação. Visto essencialmente como material (ainda que privilegiado) de lazer, passatempo e tempos livres (mas de uma inegável eficácia nos processos informais de auto-formação do indivíduo), a sua análise tem ficado muito circunscrita aos “especialistas da matéria”, entenda-se, os dos estudos literários e os da semiologia. A literatura é, no entanto, um campo interdisciplinar por excelência, propiciador de transversalidades que os académicos tanto elogiam mas tão pouco praticam

O livro na escola

Na escola, o livro é o instrumento básico da aprendizagem, o tradicional veículo de apropriação de conhecimentos e valores que a nossa sociedade (letrada) procura transmitir às novas gerações. O livro, na prática de ensino, tem assumido predominantemente a forma de manual escolar (em formatos que vão da vetusta sebenta para decorar ao hodierno livro de fichas para exercitar). O contacto dos alunos com a obra original é excepção, quanto

* Correspondência: Luís Souta, Escola Superior de Educação, Rua Vale de Chaves, estefanilha, 2914-504 Setúbal

muito no curto período dedicado à leitura da “obra completa”; mas como sabemos, esta é uma categoria (pedagógica) de espectro estreito, pois nela só entra o cânone, a obra-prima, o consagrado. Ora há temáticas que, pela sua modernidade ou pelo seu carácter mais marginal, não emergem desse universo institucional (quase sempre eivado de pretensões patrióticas ou de nacionalismo identitário). Por outro lado, o texto literário, quase um exclusivo das aulas de Português, tem vindo a ser remetido para os anos terminais, pois, nos primeiros ciclos do básico, o “texto pragmático” tem-se imposto, numa lógica de utilidade social (a carecer de demonstração) que, incompreensivelmente, não se reconhece à literatura; os escassos textos que ainda por lá se encontram acabam por sofrer tais tratos de polé com as denominadas “adaptações pedagógicas” que, alguns deles, ficam quase irreconhecíveis em termos de obra de arte.

O multicultural entre nós

Historicamente, a multiculturalidade no nosso país, na sua vertente étnico-cultural, girou essencialmente em torno de três grupos – os Judeus, os Ciganos e os Negros. Só dos últimos se manifestou uma corrente literária própria, de expressão portuguesa, conotada com o movimento internacional conhecido por «Negritude»; surgido no pós-guerra, com particular realce no período de luta pela independência, assumia uma forte raiz anti-colonial. Quanto aos Judeus, pautaram mais a sua produção escrita num quadro internacional de diáspora; no contexto nacional, marcado pela perseguição sistemática que a Inquisição lhes movia e pela tentativa forçada da sua conversão em cristãos-novos, a oralidade acabou por se impor como a forma que melhor preservava a integridade física de um povo que não prescindia de uma prática religiosa (clandestina), e que se veio a traduzir num peculiar cripto-judaísmo. Os Ciganos, por sua vez, porque ancorados a uma cultura ágrafa, o que há sobre eles na literatura é fruto em exclusivo dos *pailhos*¹.

¹ SOUZA, Luís e COSTA, Elisa “Caminhos Ciganos na Literatura Portuguesa” Relatório final, FCT, Novembro de 2000. Neste projecto de investigação procedeu-se à pesquisa de textos literários de escritores nacionais, desde o século XVI até aos nossos dias, nos quais surgiam referências ao “Povo Cigano”, tendo-se seleccionado 165 obras de 112 escritores.

Já em anterior trabalho² ilustrámos seis dimensões do multicultural – classe social, género, nacionalidade, língua, religião, etnicidade – num *corpus* literário português. Aqui, nesta secção, procura-se ir mais longe numa análise mais focalizada mas mais aprofundada, em torno dos oito textos escolhidos, num diálogo a três (Luís Souta, Carlos Cardoso e Ruben Cabral). A leitura comentada deste material (por alunos ou professores) pode despoletar o debate, o confronto e a clarificação de valores e comportamentos, numa perspectiva de educação multicultural, que hoje (e há falta de melhor) encontra um espaço curricular possível de desenvolvimento no quadro da «educação para a cidadania» agora (re)introduzida no plano de estudos de todos os níveis de escolaridade.

As opções possíveis

Face aos condicionalismos, em termos de extensão, próprios de uma secção de uma revista, optámos por seleccionar apenas dois autores – Joaquim Ferrer e Graciete Nogueira Batalha – com extractos de duas das suas obras mais significativas – *Ilha Doida* (1945) e “*Bom dia, s’hora!*”: *diário duma profesora em Macau* (1991).

No entanto, a nossa escolha poderia ter recaído sobre outros escritores e outras obras. As opções, há que constatar-lo, não eram muitas. Estas duas temáticas – escola e multiculturalidade – têm algum espaço no nosso património literário, mais a primeira que a segunda, mas já o cruzamento das duas dimensões prima pela escassez. Três romances, em contexto colonial africano, poderiam servir como eventual alternativa:

– *A Primeira Viagem* (1952) e *A Terra foi-lhe Negada* (1958) de Maria da Graça Freire (1916-1993)³, que viveu vários anos em Angola, e que numa escrita feminina, aborda, ainda que sob o ponto de vista do colonizador, as relações entre brancos e nativos, o casamento misto, os conflitos raciais, as

² SOUTA, Luís (2000) “Antropologia da Literatura: a multiculturalidade num *corpus* literário português”, *Educação, Sociedade & Culturas*, nº 14, pp 103-119

³ FREIRE, Maria da Graça (1952) *A Primeira Viagem*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 2ª edição, 307 p. Prémio Ricardo Malheiros da ACI. FREIRE, Maria da Graça (1958) *A Terra foi-lhe Negada*. Lisboa: Portugália Editora/ Contemporânea, nº 1, 2ª edição, [1976], 298 p. Prémio Eça de Queirós do SNI. Publicou também o ensaio *Portugueses e Negritude* (1970)

questões da identidade num “meio onde não era admissível mistura de classes” nem “os pobres precisavam de mestres”

– *As Raízes do Ódio* (1965) de Guilherme de Melo (1931-)⁴, jornalista nascido em Moçambique mas a residir em Portugal desde 1975, era uma outra hipótese de escolha. A publicação deste livro provocou «a estupefação, o choque, o escândalo» tendo sido rapidamente apreendido pela PIDE (convém ter presente que se estava já em plena guerra colonial); a 2ª edição só surge em 1990 e, no seu intróito, o autor confessa a identificação próxima dos seus principais personagens com figuras conhecidas: «Há em António Manuel traços autobiográficos do autor enquanto adolescente e estudante. Como há em João Tembe uma forte identificação com o poeta moçambicano José Craveirinha. Não é ficção a figura humanística do dr. Santana [Cansado Gonçalves] nem o movimento estudantil que o envolve.»

O conjunto destas três obras constitui, sem dúvida, um testemunho de uma época, de um tempo, e até de uma certa escola e de um determinado tipo de relações inter-étnicas.

As escolhas realizadas

Optámos por seleccionar textos extraídos de dois livros, pouco divulgados, de dois autores não “consagrados”, quase desconhecidos, o escritor Joaquim Ferrer e a professora-investigadora Graciete Nogueira Batalha. Para uma temática “marginal”, dois autores quase “marginais”, no que ao cânone diz respeito. Autores que para além de terem vivido um bom par de anos fora de Portugal Continental (um no Brasil, outro em Macau), pouco mais têm em comum; as suas perspectivas sociais, políticas e pedagógicas são bem diferentes; estavam nos antípodas quanto ao posicionamento ideológico face ao regime de então.

Aqui os damos a conhecer em dois registos distintos, quase opostos na aproximação ao “real” – o romance⁵ e o diário⁶. Um centra a ficção narrativa

⁴ MELO, Guilherme de (1965) *As Raízes do Ódio*. Lisboa: Editorial Notícias/ Excelsior, 2ª edição, 1990, 272 p. [romance, escrito entre Julho de 1960 e Julho de 1962]

⁵ O romance é o género mais lido pelos portugueses, de acordo com Eduardo de Freitas, José Luís Casanova e Nuno de Almeida Alves (1997) *Hábitos de Leitura em Portugal. Um Inquérito à População Portuguesa*. Lisboa: Publicações Dom Quixote

⁶ Género pouco cultivado entre o nosso professorado

na Europa Ocidental, em Portugal (com referências esporádicas a África), o outro, de descrição memorialista, reporta-se ao extremo Oriente, a Macau. Em pano de fundo, um país que vive a última fase do seu império colonial (em dois períodos históricos distintos, meados da década de 40 e anos 70-80). Num é o discurso irreverente e muito especial dos alunos que flui, noutra o discurso sóbrio e reflexivo da professora. A escola é percebida em *Ilha Doida* sob o olhar crítico dos jovens estudantes, enquanto no *Bom dia, s'tora!* o é pelo olhar sereno e responsável de um adulto imbuído de “espírito de missão”

Uma leitura sumária do corpus

O romance de Joaquim Ferrer é uma espécie de «adolescer em clausura», para usar o sugestivo título da obra de Carina do Carmo⁷. Num internato em Coimbra, os alunos (entre os 10 e os 15 anos) sentem a instituição como um cárcere, no qual o director, os professores e os chefes de turma são mais algozes do que formadores. A violência da “pedagogia musculada”, onde são «substituídas as horas de recreio pelo estudo de joelhos» e onde a «menina dos cinco olhos» os enche de «porrada», marca um quotidiano em que se «vivia amarrado» entre «aqueles muros altos, como de uma prisão». E esta ideia de escola-prisão como metáfora do país-prisão que vive em ditadura, privado de liberdade, fechado sobre si (tal como o internato, como o próprio título explicita, é uma «ilha») torna-se a mensagem possível num contexto jurídico-político de censura generalizada. Lançam-se então os alunos no imaginário, em *Expedições* planeadas ao coração da floresta africana e brasileira, na procura de «gente () boa para armar aventura». Mas esta fuga a um real opressivo não deixa de progressivamente se elevar a patamares superiores que desembocam na revolta e na fuga concretizadas.

O diário de Graciete Batalha regista, ao longo de 17 anos, as peripécias de uma experiência profissional em diversos níveis de ensino público (com maior ênfase no liceu), na árdua labuta de ensinar Português a jovens chineses, macaenses e portugueses. As questões da mestiçagem e do multilinguismo assumem particular destaque nesta obra de auto-reflexão sobre a prática docente. As suas preocupações didácticas, pautadas pela exigência e rigor na

⁷ CARMO, Carina Infante do (1998) *Adolescer em Clausura – Olhares de Aquilino, Régio e Vergílio Ferreira sobre o Romance de Internato*. Faro e Viseu: CEAR-Universidade do Algarve

performance linguística, encontram resistências incontornáveis entre as crianças de Macau «em luta com as duas línguas que falam e sem conseguirem dominar nenhuma!» Resta-lhe reconhecer o fracasso (do sistema, diríamos nós) quando constata que o Português é «uma língua mal assimilada, mesmo nos últimos anos do Secundário e do Complementar» e «o seu chinês, a língua de que mais gostam.» A problemática do bilinguismo está fora dos horizontes pedagógicos da época. Era a política assimilacionista (mais de retórica e propaganda) que orientava o agir político-educativo e que via na língua o factor unificador de uma diversidade tolerada mas não valorizada.

Apesar de estarmos perante textos com alguns anos transcorridos sobre a sua escrita, as temáticas aí abordadas são de uma enorme actualidade na agenda educativa sobre o multicultural. É certo que os contextos políticos são diferentes – a passagem definitiva de Macau para a soberania chinesa fechou o ciclo da colonização portuguesa – mas os problemas decorrentes da imigração, hoje a processar-se em sentido inverso, são basicamente os mesmos. Assim como são, fundamentalmente, os mesmos grupos em presença: aqueles que na África e na Ásia, mais em “choques” do que em “encontros” de cultura, se cruzaram com os portugueses, voltam hoje a cruzar-se mas agora no espaço europeu, e numa lógica que se pretende mais de cooperação que de conflito. O mito da Europa, como local de sonho, fortuna e “civilização”, exerceu tanta atracção sobre Josefo Mendo Mariano, o «escarumba» que veio de Cabo Verde para o Colégio de S. Caetano, em Coimbra, como hoje sobre os africanos que, por idênticas razões, a que acrescentaríamos a de fuga à guerra em busca de paz, demandam terras lusas. Ainda nos nossos dias, muitos jovens africanos passam por sentimentos de rejeição que não andam longe dos que *Bispo Negro* teve quando «os outros mal lhe falavam», o que o levou a tomar consciência da sua “negritude”: a cor da pele, os lábios «grossos como se fossem inchados», a carapinha («sentia horrorizado que o seu cabelo não era liso como o de toda a gente»). Daí o desejar ser o que não se é, invejar ser “o outro”, o de pele alvíssima, olhos azuis, cabeleira «macia como a seda». E assim se entra num processo de mutilação da auto-estima.

A questão central, decorrente deste *corpus*, prende-se com a complexa construção da identidade étnico-cultural onde, naturalmente, ao factor linguis-

tico se atribui dimensão relevante. Nessa construção, a escola (que até agora tem primado mais pela obstaculização desse processo) pode (ou deve?) promover estratégias de “diálogo horizontal” entre diferentes culturas, em detrimento de “imposições verticais” justificadas por uma pretensa superioridade étnica, linguística, religiosa ou de classe social.

Luis Souta

Isouta@mail.telepac.pt

Comentário de Carlos Cardoso

“MAS OLHEM IÁ: QUEM É QUE COMEÇOU PRIMEIRO?”

Alguns aspectos étnicos e raciais na obra de Joaquim Ferrer, *Ilha Doida*

A vertente étnica e racial adquire, nos cinco textos da obra *Ilha Doida*, de Joaquim Ferrer, uma significativa relevância. O produto da análise desses textos, aqui apresentado, é o resultado de um exercício metodológico circunscrito a essa vertente, integrando, ao mesmo tempo, a contextualização ideológica da obra na época em que foi escrita.

Os extractos em análise evidenciam diversos traços característicos da época e do regime colonial. Colocam-nos, inevitavelmente, face a processos ideológicos de dominação colonial baseados numa suposta unidade imperial inculcada por uma versão Eurocêntrica da história de Portugal. Ao mesmo tempo faz emergir a ideia de ocultação da história do Outro e o seu frustrante confronto com a ausência de referências identitárias face à cultura dominante, deixando implícito um contexto ideológico orientado para o branqueamento cultural do império e para a submissão da negritude na sociedade portuguesa e nas colónias. Deixa, em suma, evidentes os processos etnocêntricos de estruturação, mais ou menos dissimulados, de concepções, discursos e práticas de racismo institucional e social.

Os cinco textos transportam-nos a um período de colonialismo pleno, pouco questionado e proporcionam uma narrativa crítica acerca de relações interraciais em ambiente escolar na Metrópole e do quadro ideológico que o sustentava. Mas, ao mesmo tempo, não deixam de apelar a alguma reflexão acerca dos modos como permanecem, hoje, em tempo de crescente diversificação étnica, na sociedade e na escola portuguesas, de modos mais ou menos ocultos e insidiosos, perspectivas e atitudes de fundo colonialista. Ou, de outro modo, sugerem alguma atenção às expressões específicas actuais do Eurocentrismo em Portugal, enquanto resíduo ideológico e discursivo do nosso colonialismo.

A obra de Ferrer parece, portanto, inscrever-se numa orientação crítica e alternativa aos discursos eurocêntricos e colonialistas da época. O *Rampa-*

godos, com incidência na situação social da mulher e impedido de circular pela censura, e *Ilha Doida* centrado nas relações na adolescência incluindo nessas relações a questão racial de fundo colonial, como mostram os extractos analisados, deixam evidente essa característica crítica. Esse carácter político e socialmente crítico da obra talvez tenha contribuído para a sua fraca divulgação que agora, em democracia e em tempo de diversificação da sociedade Portuguesa, parece ser oportuno conhecer melhor

Contexto histórico e ideológico da obra de Ferrer

Em Portugal, o contexto histórico e ideológico da época em que foi publicada *Ilha Doida* (1945) era, obviamente, de afirmação do colonialismo através de um sentido de unidade do império realizado, sobretudo, por medidas de afirmação de uma suposta superioridade histórica, cultural, cívica e moral da Metrópole e dos seu naturais. Com essa intenção mantiveram-se e intensificaram-se orientações legislativas, institucionais, educacionais e propagandísticas, algumas de cariz mais coercivo, outras mais docilizantes quanto aos modos de subordinar os nativos àquela superioridade. Duas das medidas formais, aparentemente contraditórias, que me parecem ser representativas dos modos de afirmar a superioridade cultural em relação às populações das colónias e de consolidar a dominação, foram o Estatuto do Indígena (1926, 1954) e o currículo escolar. Por isso as abordo a seguir

(1) O Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique (1926) definia, para os indígenas daquelas colónias, condições restritivas e, mesmo, impeditivas de acesso à cidadania Portuguesa e hierarquizava legal e socialmente as populações. A estrutura de classes e as relações sociais e de poder implícitas mantinham-se, assim, fortemente racializada e com um evidente suporte legal. Sem alterações de fundo, o Estatuto foi revisto em 1954 e nessa versão eram considerados indígenas

«os individuos da raça negra ou seus descendentes que, tendo nascido ou vivendo habitualmente nelas, não possuam ainda a ilustração e os hábitos individuais e sociais pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses» (meu sublinhado)

Embora orientado, mais especificamente, para Angola, Moçambique e Guiné, o Estatuto reflecte a atitude ideológica do poder colonial em relação a todos os "outros" que povoavam o Império. Para além de distinguir expressamente «cidadãos» de «indígenas», estabelecia condições evolucionistas e assimilacionistas para a aquisição do estatuto de cidadão. Para isso era indispensável que o candidato a cidadão renunciasse definitivamente à sua cultura e tradições, sacrificando a sua identidade, e assimilasse os principais traços da cultura Portuguesa.

Com a revogação, em 1961, do Estatuto dos Indígenas foi concedido o direito de cidadania a todos os nativos. Esta abertura expressou, acima de tudo, uma estratégia de recontextualização dos processos de dominação colonial face às circunstâncias da época. Ocorreu num contexto histórico e político caracterizado pelo início das actividades de guerrilha dos movimentos de libertação, pelos apoios internacionais a esses movimentos, pelas pressões sobre Portugal para encetar negociações e pela crescente oposição interna ao regime. Ao mesmo tempo, a revogação do Estatuto era vista como uma forma de enfraquecer as culturas nativas, quebrando as resistências do poder tribal e assim estender a todo o império os mecanismos de poder colonial. Coissoró (1966) expressa essa perspectiva ao referir que a revogação do Estatuto do Indigenato

«vai, antes de tudo o resto, enfraquecer o peso da tradição, porquanto, sendo hoje aberto aos Africanos o acesso à vida política e administrativa do território, os representantes por eles eleitos para defenderem os seus interesses nos órgãos legislativos vão funcionar como travões aos obscurantismo das elites tribais, e, de outro lado, a consciência de interesses comuns irá unificar as etnias outrora rivais, de modo que aqueles representantes possam erguer a sua voz a favor de uma emancipação sócio-económica rápida, e não do caciquismo local»

(2) O papel do ensino da História

Ao longo da narrativa, as personagens Banzana e Josefo vivem situações de frustração face à ausência de referentes identitários reais que correspondam às versões da história que lhes foi contada; de resistência à discriminação e de

afirmação das suas diferenças. O papel ideológico e culturalmente homogeneizador da escola e do currículo teve, neste aspecto, uma importância central. As orientações curriculares consignavam conteúdos e finalidades comuns para todos os cantos do Império. O currículo caracterizava-se pelo excessivo etnocentrismo e pela sua função endoutrinadora de acordo com as ideologias de poucos homens que governavam. Neste aspecto, adquiria particular relevância o ensino da História Luso e Eurocêntrica em que o Europeu e colonizador tinha protagonismo exclusivo e personificava as virtudes e qualidades humanas referentes da portugalidade. A história dos colonizados era ignorada ou ocultada de modo a diluir os seus quadros de referência étnica e racial e a gerar falsas identidades. Era fortemente transmitida uma visão triunfalista e heróica da História e de grandeza do Império Português, com uma imagem dominante do Portugal 'do Minho a Timor'. Os Outros, naturais das terras do Império fora da Europa, não tinham qualquer protagonismo na história que era contada. A historiografia nacionalista e imperial do período salazarista, em particular a sua versão escolar, ao ocultar a História dos povos das suas colónias utilizou este vazio para enfatizar a eterna missão de propagar os valores da trindade Deus, Pátria e Autoridade, em todo o Império e, com esta protecção, promover a dominação colonial. Os textos de Ferrer parecem repousar criticamente sobre este fundo ideológico.

Referentes étnicos e raciais na narrativa

Um olhar em perspectiva multicultural e anti-racista e à luz do breve quadro histórico e ideológico descrito, faz emergir dos textos de Ferrer um conjunto de aspectos que atravessam criticamente a narrativa e implicam a diversidade e a condição dos actores. O autor sublinha o processo de encontro do Outro Africano com o espaço – sociedade, escola – da Metrópole Eurocêntrica; descreve os sentimentos de revolta e de frustração das personagens no encontro com essa realidade, acentuados por uma socialização anterior desenvolvida no falso pressuposto de que pertenciam ao mundo cultural do grupo dominante. É, concretamente, um quadro de fundo que transparece do frustrante encontro de Josefo com a Metrópole, suposta terra dos seus antepassados míticos, promovidos pela história imperial e da resistência silenciosa de Banzana a um ambiente de concepções, de discursos e atitudes etnocêntricas e de fundo racista.

Da breve análise de conteúdo do conjunto dos cinco textos emergiram alguns aspectos que merecem particular relevância

(1) A narrativa deixa implícito o processo de construção de falsas identidades por efeito endoutrinador de versões triunfalistas e heróicas da história da Metrópole, supostamente comum a toda a diversidade do império e enfatiza, em particular nos textos 4 e 5, o frustrante confronto com a realidade da falsa origem. Este confronto significou para Josefo, um engano, um roubo do seu imaginário e correspondeu ao início do reconhecimento das práticas de racismo, dos seus efeitos vitimizadores e da estruturação de processos pessoais de resistência.

«Onde estaria o país de D. Mendo? ()

Que queria dizer *escarumba*?

Então a Europa era *aquilo*? Tratavam-no como um selvagem! Sentia referver no fundo do seu bolso a sua navalha de ponta e mola. Seu Tio enganara-o, metendo-o naquela prisão de loucos! E o seu ódio cresceu mais ainda ()»

A difusão da História Lusocêntrica em todos os locais das Colónias constituiu um dos factores estruturantes de relações de poder desigual entre os indivíduos, docilizando a sua submissão a esse poder. Os processos de aprendizagem e os efeitos ideológicos dessa História em alunos – da Metrópole e das Colónias – culturalmente diversos, eram claramente diferentes. Tinham sentido social para as crianças/jovens da Metrópole porque feita por actores oriundos do seu espaço geográfico, brancos e investidos do estatuto de heróis adquirido nesse espaço próximo ou em espaços distantes, frequentemente, contra naturais das Colónias. Além disso, na Metrópole, confluem para esse processo de socialização as acções de toda a sociedade, da família e da igreja que transmitem uma visão supremacista e etnocêntrica em relação aos naturais das Colónias. Aí, o discurso de uma História triunfalista e supostamente comum era feito de referências culturalmente deslocadas e distantes no espaço e no tempo, algumas míticas, com ocultação da história do aluno. Josefo, ao chegar à Metrópole, confronta-se com a frustrante ausência de suportes para a repre-

sentação de si próprio na terra de origem dos seus antepassados Lusos, Senhor Dom Mendo e Pero Pais. Assim, Ferrer integra na narrativa a miscegenação como suposto factor físico demonstrável da capacidade de relação dos portugueses com a diversidade de Outros do seu império e como autenticação da portugalidade. O Senhor Dom Mendo constitui para Josefo essa fonte mítica e distante de identidade e de estatuto que a proximidade das origens – a vinda para Portugal – desmitifica. Sem querer discutir os óbvios resultados demográficos e culturais da miscegenação dos portugueses com as naturais das colónias, a extensão do fenómeno ao longo da história da expansão e as condições em que era realizada, em particular, o quadro de relações sociais e de poder que a sustentava, a verdade é que o fenómeno foi incorporado na ideologia colonialista como apoio ao suposto carácter benévolo do nosso colonialismo. Com a mesma finalidade, nos anos 60, o Lusotropicalismo de Gilberto Freire, de fundo essencialmente antropológico, foi oportunisticamente integrado no discurso do regime da época.

«Lusotropicalism blended with the Salazar regime's propaganda in support of its continued domination of the colonies and portrayed Portuguese colonialism as an essentially humanist process, in which racial superiority and ethnocentric tendencies were absent, which was based upon respect for cultural differences and was favourably disposed towards the pluralism resulting from the biological and cultural mixing of the Portuguese with local populations.» (Cardoso, 1998, p. 198)

Hoje, são ainda argumentos com esta sustentação que evocam o mito do natural anti-racismo Português e que procuram ocultar ou escamotear situações de racismo e xenofobia que vão ocorrendo na sociedade Portuguesa.

(2) A narrativa integra críticas implícitas à atitude dominante, representada pelas personagens brancas, de desvalorização da história e das culturas dos Outros Africanos supostamente desprovidas dos valores, qualidades e virtudes humanas consideradas atributos da história e da cultura da Metrópole. Esta atitude inscreve-se na perspectiva Eurocêntrica supremacista definida pelos valores judaico-cristãos que no con-

fronto com Outros saneia a história ocidental enquanto padroniza, coisifica e, mesmo, demoniza, o Homem, as histórias e culturas não-Ocidentais O Eurocentrismo define-se em termos dos seus avanços e conquistas – científicas, tecnológicas, humanistas – das suas crenças e ideologias e vê os não-Ocidentais em termos do seu distanciamento daquele quadro de referência e das suas deficiências, reais ou imaginadas Isabel Castro Henriques (1994) traça assim a representação do Outro Africano na historiografia Portuguesa,

«Quase sempre ausente, o Outro Africano aparece apenas no discurso português, incerto, carregado de referências negativas que o transformam em selvagem ou em marginal Despojado da sua humanidade, en selvajado, o Africano não podia senão ser considerado como ‘coisa’ da natureza, sem autonomia, sem direito à sua própria história »

O discurso histórico assim caracterizado, corresponde ao discurso comum das personagens brancas de *Ilha Doida*, que representa o Outro distante como ‘coisa’ de humanidade duvidosa, como primitivo, selvagem, perigoso e encarnação do mal Os diálogos acerca de uma hipotética expedição a África ou à Amazônia estão recheados de referências dessa natureza.

As virtudes e qualidades humanas mais estimáveis são vistas como atributos de figuras heróicas, nobres e reais da História e da sociedade Portuguesa Nem, tão pouco, títulos de certas dignidades podem ser atributos de Africanos A narrativa é fértil sobre essa percepção dos pares brancos de Banzana acerca das suas origens Quando, por exemplo, Basófia diz, sobre Banzana:

- O pai dele é soba, uma espécie de rei .
- O Pina endireitou-se:
- Ó rei! Pfi! Um escarumba!

Ou, como dizia Palito Macho, o vigilante, *o medo e covardia eram coisas desconhecidas da História Pátria*

(3) A reserva Eurocêntrica de virtudes e qualidades humanas, a identidade histórica e as características raciais são usadas como trun-

fos de poder e de hierarquização, evidentes em alguns momentos da narrativa.

A consequência natural de um longo processo de colonialismo incluindo, durante muito tempo, o escravagismo, foi a representação generalizada dos negros como seres (quase) sem humanidade. A lei, durante séculos, sustentou esta representação. Inerentemente, não lhes eram atribuídas qualidades humanas estimáveis. O branco enquanto cor e ser humano, os espaços que ocupava, as características que demonstrava e os valores e qualidades que divulgava e promovia como suas, constituíam (e constituem) as referências centrais para representação desejada da sociedade colonialista, a partir das quais eram definidas hierarquias sociais, étnicas, raciais, etc. que se alargavam aos espaços ocupados e vividos. Da socialização de Josefo fazia parte a convicção, depois frustrada, de que os seus míticos antepassados brancos lhe teriam passado, por miscigenação, um estatuto entre os primeiros naquela hierarquia. Apesar das evidências em contrário, assim se julgava Josefo na hierarquia espacial do barco que o trouxe para a Europa:

«Aquele barco enorme era já uma pequena Europa. Ali era tudo Civilização! Os criados, passageiros, tripulantes – eram, como ele, todos brancos. Aquilo era já a Europa! () Acolá, na 2ª e 1ª classes, era ainda mais Europa: o pessoal era ainda mais branco. E ele não mais se sentiu bem naquela 3ª classe, imprópria da sua cor e do seu sangue, do mais nobre sangue dos navegantes!»

A distribuição de estatutos e de qualidades segundo critérios raciais é um elemento profundamente interiorizado pelas personagens brancas da narrativa. Ser filho de rei e ser corajoso eram atributos de brancos. Manifestações dessas qualidades por Outros fazem ocorrer dúvidas e destabilizam representações adquiridas e consolidadas. O confronto com o acto de coragem de Banzana depois de retirar a palmatória e recuperar os texas do gabinete do director instala, entre os pares brancos, a dúvida acerca da origem e dignidade de Banzana:

«Ficaram assombrados daquela audácia. Nunca poderiam pensar que Banzana fosse capaz de uma daquelas! Então sempre seria verdade que ele era filho de rei-soba! »

(4) A acção e os diálogos entre as personagens expressam, frequentemente, relações de poder desigual de fundo colonialista e racista.

Exemplificativa é a cena prévia à recuperação dos texas do gabinete do director Banzana é sujeito a chantagem, expressões racistas e ameaça física e, finalmente, obrigado a desempenhar essa acção que, no seu íntimo, ele considera indesejável e odiosa por aquilo que os texas representavam para ele. O seu envolvimento na acção foi-lhe imposto como condição para fazer parte do grupo dominante branco («Tu és ou não da malta fixe?»); a recusa inicial de Banzana foi forçada por ofensas de cariz racista («Ó sua cavalgadura africana!»; «Tu és da cor de um túnel à meia noite») e por ameaças físicas («101 agarrou-o pela gola do casaco»)

(5) A narrativa deixa emergir, em vários momentos, atitudes de resistência étnica e racial, mais ou menos subtis, das personagens Africanas a par da sua consciencialização acerca da história de dominação dos seus povos e de outros povos.

Para Banzana, os conteúdos dos *texas* não merecem o risco de entrar no gabinete do director para os retirar. Tem consciência, embora difusa e pouco racionalizada, de que aqueles conteúdos adulteram a história da relação entre povos, transmitem dessas relações uma versão Eurocêntrica, estereotipam negativamente povos e culturas, expressam uma visão polarizada do branco=bom/herói *versus* índio=mau/vilão.

«Ah, o Banzana () anda danado desde que leu os Texas. É por isso que ele não grama as Expedições: pensa que é aquilo! Eu disse-lhe que um índio é um índio e um gajo da Caconda não tem nada a ver com o Texas Jack

– Clarósqué: o Texas só matava os peles-vermelhas; é burro!

– Pois foi o que eu lhe disse. Que é que queres, o gajo confunde: pensa que é tudo a mesma coisa. Mas o gajo danou-se e disse-me que os índios só faziam bem em escalpelizar os caras-pálidas.»

A subtracção da palmatória, enquanto meio de repressão e objecto de maldição dos alunos do colégio, apresenta-se como a alternativa que justifica e

compensa a audácia de invadir o território do dono do poder no colégio Constituiu, ao mesmo tempo, uma forma de resistência e afirmação, mostrando que qualidades historicamente atribuídas ao grupo dominante não são seu exclusivo Actos de resistência são também: o confronto físico de Josefo com o Pad Lopes, Director, acto que o promoveu a herói e ao reconhecimento de todos dos seus pares; o esforço de 35, o preto Banzana, para, sempre que podia, integrar e divulgar nas aulas os lugares, coisas, animais, vegetação do Quanza sua terra; a sua atitude de não querer dar andamento a conversas daquele género, que do fundo lhe vinham agitar a cor; as reflexões de todos das personagens Africanas e, em particular, de Josefo que desmontam o logro de uma socialização para uma falsa identidade e que estruturam reacções de afirmação da sua própria identidade e de resistência, mais ou menos oculta, à atitudes de discriminação

(6) As situações de resistência das personagens negras deixam nos jovens brancos questionamentos e fundos de dúvida acerca da (ir)racionalidade das desigualdades que a socialização em tempo colonialismo não permitia ou não dava oportunidade para esclarecer
Ferrer integra, assim, na narrativa aberturas para a transformação das relações sociais de fundo colonialista e racista. Essas possibilidades emergem de dúvidas e questões tão simples como:

«Então sempre seria verdade que ele era filho de rei-Soba! »

(Dúvida dos colegas depois de Banzana ter subtraído a palmatória do gabinete do Director)

Ou as contidas no seguinte diálogo:

«Adrião meditava:

– Mas olhem lá quem é que começou primeiro?

Primeiro o quê?

Sim se foram os brancos que deram primeiro os tiros ou os pele-vermelhas que escalpelizaram ?

É verdade. quem seria? interregou Trinca-Espinhas, pensativo »

São questões como estas que os próprios jovens levantam que a escola, reflexiva e criticamente, tem de colocar no centro da sua acção para ser socialmente transformista

Referências bibliográficas

- CARDOSO, C (1998) "The colonialist view of the African-origin 'Other' in Portuguese Society and its Education System" *Race Ethnicity and Education*, vol 1, nº 2
- COISSORO, N (1966) "A abolição do indigenato e as suas repercussões na evolução social dos africanos portugueses" *Estudos Políticos e Sociais*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, nº 3, IV, 1023-1026
- HENRIQUES, I (1994) "Alteridade e História" *O Estudo da História*, nº 12, 13, 14, 15 (II série), I, 235-245

Carlos Cardoso

Rua de Braga, nº 12, 1º Drº, Rebelva – 2775 CARCAVELOS

Comentário de Ruben Cabral

(Des)encontros Ideográficos
Reflexões sobre textos de Graciete Nogueira Batalha
Excertos de

Bom dia, s'tora!

(Diário duma professora em Macau)

Os encontros multiculturais raramente são diálogos. O diálogo pressupõe a igualdade dos intervenientes quanto a situações de poder, de estatuto social, de relacionamento. O encontro com o *outro* é, todavia, geralmente conspurcado por perspectivas pessoais e colectivas que colocam uns numa posição dominante, quase paradigmática, enquanto que os outros são remetidos para o campo das relações de dependência. A tolerância, tão recomendada pelos arautos da concertação étnica, promove isso mesmo. O *todos diferentes, todos iguais*, como paradoxo irresolúvel que é, enfatiza a diferença e relega a igualdade para o campo das abstrações jurídicas, estas mesmas eivadas do relativismo interpretativo de quem as aplica. O que interessa é que se tolerem, mesmo que isso signifique indiferença. Fica-se pela constatação do *tu existes, mas não tenho de viver contigo*.

Ora tal situação não chega. A tolerância não basta. É preciso ir-se muito mais além. Mantenho, que só quando reconhecemos a interdependência natural que nos une a toda a humanidade poderemos viver um diálogo verdadeiro com o *outro*. A interdependência não se define pela diferença, mas pela singularidade (pela *uniqueness*, perdoe-se-me o anglicismo) dos intervenientes. Pessoas singulares são isso mesmo: singulares, únicas. A diferença não cabe na singularidade da pessoa humana, quando muito poderemos falar da sua diversidade. Por outro lado, ser-se único é necessariamente ser-se igual. Ora, a interdependência não é nada de novo; sempre foi e é condição da vida. Só que no mundo fragmentado que construímos, as relações entre pessoas tendem a pautar-se mais por razões de *poder sobre* que pela evidência duma situação vivencial comum e paritária. Parece, no entanto, que a situação começa a inverter-se. Parece que nos começamos a sentir mais responsáveis uns pelos outros. E, se

bem que à nossa porta continuemos a encontrar intolerância, ou quando muito tolerância fabricada, o certo é que numa visão de voo de pássaro muitas são já as situações em que genuinamente afirmamos, ainda que timidamente e com algumas reservas, a condição interdependente da vida humana, senão mesmo da vida planetária

Uma ecologia da relação humana pressupõe aceitar o *outro* e o seu contexto como existem de facto: sem pretensões de superioridade e sem a hipocrisia da comiseração. Uma primeira análise dessa relação ecológica poderia conduzir a um relativismo perigoso. Quer isto dizer que tudo o que existe, por ser singular, é igualmente bom? A resposta só pode ser uma: de modo nenhum. Não há culturas superiores a outras. Há, sim, valores que servem de horizontes de desenvolvimento a todas as culturas. Há, sim, ritmos diferentes de desenvolvimento e, por consequência, estádios de desenvolvimento diferenciados. Por isso, é nossa responsabilidade, dever, e imperativo ético denunciar, condenar e intervir em situações que aviltem a dignidade humana e lhe roubem a capacidade de se transformar. Casos recentes como o genocídio perpetrado em Timor, as limpezas étnicas na Bósnia e no Kosovo, ou as sanções aplicadas a governos que tiranizam os seus povos, são disso exemplo.

Numa relação interdependente as pessoas não se julgam só por aquilo que pensam (ou imaginam) ser, mas também pela maneira como estão a ser percebidas pelas outras. Por esta perspectiva, percepção é mesmo realidade. Enquanto eu não perceber a realidade do outro como poderei entrar em diálogo? O assumir a posição do outro, numa atitude recíproca, possibilita ver crianças como pessoas (e não só como alunos), etnias como outras formas de mim (e não só como sociedades estranhas, exóticas, senão mesmo inferiores ou superiores), culturas como ecologias, como teias interpretativas da realidade em construção.

Graciete Nogueira Batalha chegou a Macau quando a miragem do Império Português começava a diluir-se na indiferença (como no caso de Macau), e na violência das guerras coloniais. A capital do suposto império começava a agitar-se e a anunciar tempos de mudança que de algum modo extremavam as posições políticas. A cartilha mental era, todavia, a cartilha do colonialismo. A

nossa era ainda uma missão civilizadora, messiânica, se o nosso interlocutor era africano ou chinês. Se era francês ou alemão, e o encontrávamos como emigrantes ou expatriados, a situação invertia-se. Esta esquizofrenia cultural marcou-nos por séculos: se por um lado éramos senhores dum império, por outro víamo-nos como os parentes pequenos e pobres duma Europa que não sabia bem quem éramos, e às vezes, nem mesmo onde ficávamos. Íamos de barrete colonial para um lado e de mala de cartão para o outro.

Graciete Batalha chegou de barrete colonial a Macau, uma nesga de terra abraçada pelo rio das Pérolas. Macau era e é predominantemente chinesa. A China imensa e ancestral, todavia, ficava culturalmente algures para além das Portas do Cerco. Em Macau imperava (mera fantasia) Portugal e os seus valores, neste caso, coloniais. Graciete Batalha não consegue fugir a essa mentalidade de membro duma nação colonizadora. Como mulher que é, no entanto, apercebe-se de algumas das tensões das pessoas que vivem numa situação de dependência. A sua sensibilidade e perceptibilidade femininas aproxima-a das crianças chinesas e permite-lhe, algumas vezes, colocar-se na pele delas. Contudo, da leitura destes textos vê-se que a China e os chineses ficam quase sempre a perder. O barrete colonial impunha que estivessemos certos, porque detínhamos (algum) poder administrativo. E quem tem poder, deve (ou tem) de estar certo.

É triste que apesar de quase quinhentos anos de estadia em Macau (mais ou menos em regime de arrendamento) saibamos tão pouco da China. Tenho tido o privilégio de ir a Macau anualmente, nos últimos três anos, para leccionar uma cadeira de gestão educacional num programa de mestrado do Instituto Inter-Universitário de Macau. Os alunos são na sua quase totalidade chineses (no ano passado tive um espanhol, um italiano e um filipino, já nenhum português) e a língua que se fala é o Inglês. O português foi coisa que não nos interessou muito introduzir. Ele surge aqui e ali no nome duma velha rua e no linguajar de algum macaense mais idoso que reteve alguns dos vocábulos necessários para vender coisas a quem praticamente só falava português. Também não vimos a necessidade de aprender chinês. É trágico. Como dialogar multiculturalmente sem palavras? É certo que os silêncios são importantes, mesmo como forma de comunicação; mas os silêncios só ganham sentido quando a palavra dita faz e tem sentido. Quando a palavra não faz sentido, como acon-

tece com pessoas que não falam a língua uma da outra, fica o ruído, ruído que aliena, que desentranha, que desvirtua, que desconfia, que corrompe. Os meus alunos não-chineses estavam todos a aprender mandarim ou cantonês

A inefável qualidade do português não-racista, em contraposição ao racismo dos outros, salta logo do primeiro texto. É claro que isto de racismo é um pouco como o alcoolismo: enquanto não é reconhecido, não existe, e não pode, por conseguinte, ser tratado. Graciete acredita, como a quase totalidade dos portugueses, nos nossos brandos costumes: como é que uma pessoa tão decente como eu, ou o meu vizinho de bairro, podia ser racista? Não fazia sentido. Aliás, desde os anos sessenta que já não se falava muito em império. Preferíamos outros eufemismos, como nação pluri-continental e pluri-racial. Soava melhor, mas dizia a mesma coisa. Um cidadão português, de Lisboa ou de Freixo de Espada à Cinta, era um cidadão pluri-continental e pluri-racial. Como podia, portanto, ser racista? Nós gostávamos de toda a gente. É isso que Graciete Batalha diz: () *não deixa de haver casos em que o racismo chinês, que não o nosso, vem ao de cima* () *Nas nossas escolas, nas escolas portuguesas, os alunos fazem grupinhos* () *Mas não é uma questão de raça, é uma questão de língua* (p 31)

Foi preciso que o *outro* viesse viver para perto da nossa porta para percebermos finalmente que éramos tão racistas como quaisquer outros, capazes da violência hedionda, da discriminação assumida, da exploração deliberada. Talvez que os nossos brandos costumes fossem uma característica da nossa pobreza. Chegados a remediados, vimo-nos diferentes.

Gostamos de repetir a frase de Fernando Pessoa, *a minha pátria é a língua portuguesa*. De certo modo é. Só que se o português é a pátria dos portugueses, o chinês (perdoe-se-me a generalização) é a pátria dos chineses, o romeno a dos romenos, e por aí fora. Mas não é completamente verdade. O português é a pátria dos portugueses com bilhete de identidade comprovativo e também de todos os que cá vivem sem esse bilhete e sem essa língua, quer queiram, quer não. Isto significa que quando *roubamos* a língua a uma criança, ao impormos-lhe a nossa como a única que é válida, estamos a roubar a pátria a essa criança, pois se isso é verdade para nós, tem de ser verdade para os outros.

Graciete Batalha não foge à regra: *Os de "cá", se têm dificuldade no português, não se sentem à vontade com os de "lá", e tendem a retrair-se e a falar chinês entre si, **por mais que os professores preguem contra isso*** (p. 31, sublinhado nosso). Num contexto de interdependência, as escolas estatais deviam promover o bilinguismo: todos os alunos deveriam aprender português e uma das línguas chinesas; no caso de Macau, o mandarim ou o cantonês. Se o número de escolas portuguesas era irrisório, o facto de não ensinarem nenhuma língua chinesa era profundamente cético. Infelizmente, a ceticidade continua.

Difícilmente poderemos discutir conceitos de beleza. Os modelos, todavia, que utilizamos podem traduzir muito daquilo que conscientemente ou inconscientemente pensamos sobre nós e os outros. Graciete Batalha dá-nos dois exemplos interessantes. Num descreve aquilo que considera uma criança chinesa bonita: () *creio que o meu maior fraquinbo é o Manelito* () *Muito pequenino, muito ingénuo, com uma cara muito chinita e muito redonda, parece um budazinbo* (pp. 237-238). A impressão que nos fica é a de que o Manelito é uma criança chinesa engraçada, quase um daqueles bibelots que apetece ter num lugar favorito da prateleira. A contenção comportamental característica de muitas crianças chinesas, parece saltar da palavra *ingénuo*. Não há dúvida que Graciete Batalha gostava desta criança.

No outro exemplo diz o seguinte: *Que lindo é aquele garoto, com os seus caracóis loiros e os seus olhos azuis! Podia parecer um anjo, se não fosse pior que trinta diabinhos* (pp. 237-238). Interessante notar que este modelo de beleza não se aplica com facilidade a uma criança portuguesa. É evidente que há muita gente loira e de olhos azuis, mas essa dificilmente seria a descrição da grande maioria das crianças portuguesas. Por outro lado, a noção de que um anjo é belo parece universal, para quem acredita em anjos. Que eles tenham de ser loiros e de olhos azuis já me cheira a experiência de mala de cartão, cheira-me a importação do modelo alheio (e mais poderoso) como paradigma do que é verdadeiramente belo. Enquanto que um budazinho me evoca um bibelot, e não propriamente a imagem do grande Buda, a imagem do anjo tem conexões muito mais fortes.

Parece que afinal os anjos pertencem geneticamente ao norte rico da Europa e das Américas. Quando muito poderemos servir para pastorinhos numa cena de creche natalícia. Quando falamos de multiculturalismo, ou de interculturalismo, ou de relações de poder, ou de autonomia, ou de liberdade, é importante que pensemos e estejamos atentos a estes pequenos (grandes) pormenores. O poder da imagem é enorme. A interiorização duma imagem poderosa que pouca ou nenhuma relação tem connosco, mas sim com outros considerados no imaginário popular como mais ricos, mais avançados, mais poderosos, pode ajudar a perpetuar sentimentos de dependência e de alienação. A relevância aumenta quando se trata de crianças.

Graciete Batalha que vive o seu tempo e uma determinada mentalidade não se consegue alhear do drama em que se encontram muitas das crianças macaenses com quem trabalha. Ela tem a noção de que a escola poderia ser um veículo de promoção, de encontro e de enriquecimento dessas crianças. Ela sabe que o não é. Muito pelo contrário.

Ela aflige-se com o futuro daquelas que não conseguem resistir à rigidez da escola portuguesa: *As turmas estão "saneadas", ficaram os melhores. Mas onde estarão os outros? Que farão nesta terra onde não há emprego para todos?* (pp. 237-238). Ela sofre com o quase desenraizamento daquelas outras que não têm a oportunidade de desenvolver o seu potencial humano através da linguagem e que, possivelmente, irão permanecer num limbo político-cultural: *Oh, pobres crianças de Macau, em luta com as duas línguas que falam e sem conseguirem dominar nenhuma!* (pp. 345-347). Graciete Batalha tem noção de que elas poderiam vir a falar as duas línguas. Não é falta de aptidão. Num texto anterior (p. 31) ela diz que há metropolitanos que se tornaram *perfeitamente bilingues*. Se os metropolitanos puderam, porque não os macaenses e os chineses?

A razão é outra. Não se trata de nenhuma incapacidade das crianças, mas sim da incapacidade da escola, ou melhor, da incapacidade dos responsáveis pela arquitectura organizacional da escola em a reconfigurarem de modo a que faça e tenha sentido na realidade macaense. Graciete Batalha não chega a aprofundar estas razões e por vezes a sua linguagem parece aceitar a inevitabilidade dessa situação. É o fado de Macau. Há programas. Os programas não se

ajustam às crianças, mas são os programas Ponto final. Quase de certeza que os programas vieram de Lisboa e que sabe Lisboa de Macau .

(...) levo-os laboriosamente a distinguir o literário do não literário e outras coisas bonitas, e eles a precisarem tanto de que se lhes ensinasse o simples português básico! Dói o coração, ver alguns com espírito criativo e tentando melhorar o seu "estilo" à custa de palavras novas aprendidas nos textos, mas palavras cujo significado não alcançaram. (345-347)

A idiotice de programas rígidos feitos para máquinas, que não para seres humanos continua, esperemos que não venha a ser tão imortal como a grande muralha da China Mas isto pertence a outra história Graciete Batalha compreende o drama e descreve-o, mas não consegue (ou não pretende) identificar as raízes desse insucesso A dificuldade de comunicação não otimiza o encontro cultural de portugueses, chineses e macaenses Como ela diz, as crianças refugiam-se no convívio da língua em que se entendem O seu testemunho é o de que quando essas barreiras linguísticas são ultrapassadas *não vejo separação, mas até boas amizades entre eles* (31).

Ouvi uma vez nos Estados Unidos dizer que Deus criou o branco e o negro, mas que o português criou o mulato Não vamos discutir as condições e o contexto em que isso talvez tenha acontecido, nem podemos admitir que o cruzamento étnico tenha sido uma invenção portuguesa De qualquer modo, andámos pelas sete partidas do mundo e *deixamos o coração em mil pedaços repartido* Aquilo que somos como povo é um apelo das muitas gentes que nos fizeram É claro que os sóis de África, que as florestas brasileiras e que as monções do oriente tiveram um papel primordial naquilo que somos e parecemos Como me dizia um saudoso amigo, o Pedro d'Orey da Cunha: *Ruben, donde é que julgas que vem o nosso moreno?* Decerto que não dos gelos escandinavos ou das estepes russas

Estes textos duma professora empenhada, que viveu em Macau por largos anos, não são datados As experiências que ela relata são perfeitamente reais e comuns no nosso quotidiano Só que o palco já não é Macau, mas Lisboa,

Porto, e qualquer centro urbano deste país. A experiência inverte-se. Não somos nós a sair, mas o *outro* que chega, com poucos bens de seu, mas muita esperança. Nós que conhecemos o barrete colonial e a mala de cartão devíamos ter aprendido a gerir bem tais situações. Parece que não. A escola é um lugar privilegiado de encontro de gentes, de línguas e de culturas, mas não estamos a aproveitá-lo. A escola permanece como se fôssemos eternamente monoculturais, coisa que nunca fomos. O vivido multicultural não é uma experiência passada, mas o futuro que se constrói. E cada vez com maior intensidade.

Macau talvez tenha sido um bom lugar para se ser mestiço, ou chinês, ou macaense, ou português. Porque não o poderão ser os nossos bairros?

Ruben de Freitas Cabral

Janeiro de 2001

e-mail: ruben.cabral@clip.pt